

ATA Nº 02/2025 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO TIMBOPREV – APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2025

Ao vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e trinta minutos, de forma online, por meio da plataforma meet, reuniram -se os membros do Conselho de Administração: Romero Espindola e Silva, Chantelli Thayna Ritter Izeppi, Graciela Ines Uber Gomes, Giani Zaira Seidel, Alan Evaristo Mengarda, Rodrigo Dall Onder Spaniol (suplente), Margot Friedmann Zetzsche (Suplente) juntamente com os membros do Conselho Fiscal: Tiago Teixeira Laranjeira e Vanessa Grazielle Maas; e membros do Comitê de Investimentos: Joel Ricardo Raiter, Romero Espíndola e Silva, Carmelinde Brandt e Greyce Nardelli Severino. Participaram da reunião o Secretário da Fazenda e Administração o Sr. João Luiz Merini Moser e o Assessor Institucional de Controladoria o Sr. Thomas Henrique Nogueira Campregher, a Diretora Administrativa/Financeira do Timboprev Carmelinde Brandt e o Sr. Guilherme Walter, Atuário da LUMENS Atuarial. A Sra. Carmelinde deu abertura da reunião apresentando e cumprimentando a todos e passou a palavra para o Sr. Guilherme iniciar a apresentação dos principais pontos do Resultado da Avaliação Atuarial 2025. O Sr. Guilherme fez um breve relato de como funciona a elaboração do cálculo atuarial; falou da obrigatoriedade legal anual de elaboração do cálculo atuarial e dos objetivos do Cálculo Atuarial para os institutos de Regimes Próprios; que o estudo atuarial tem por finalidade reavaliar atuarialmente o plano de benefícios administrados pelo TIMBOPREV, a fim de apurar, dentre outras informações, as estatísticas referentes aos segurados e beneficiários vinculados ao Ente, as provisões técnicas, o passivo atuarial, os custos, as contribuições necessárias patronais e dos servidores, do plano de equacionamento para financiar o déficit atuarial estabelecendo quais as alíquotas ideais, e também dos fluxos atuariais de despesas e receitas previdenciárias. Em seguida passou a fazer a apresentação do Relatório Atuarial 2025: o instituto tem um total de aproximadamente 1.200 segurados (ativos, aposentados e pensionistas) fechamento de agosto/2024, com perspectiva de recebimento de benefício, que estão atrelados ao passivo atuarial; falou das alíquotas de contribuição normais, sendo do Ente 22% da base do salário de contribuição dos ativos, dos servidores ativos 14%, dos aposentados e pensionistas 14% da parcela que supera o teto do RGPS; que a receita total da contribuição normal corresponde aproximadamente ao valor mensal de R\$ 1,4 milhões e as despesas com a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas corresponde ao valor aproximado de R\$ 1,93 milhões, apontando uma falta financeira de R\$ 530 mil, mas o instituo ainda possui as receitas da alíquota suplementar e da compensação previdenciária, que correspondem a aproximados R\$ 2,63 milhões mensais e com isso o Instituto fica com uma sobra financeira mensal; que essa sobra também está atrelado a entrada de aproximados 226 novos servidores ativos, com idade média de 36 anos, e com isso o Instituto ficou com uma taxa de dependência de 2,13 ativos para cada benefício pago (ficou abaixo da média ideal utilizando como parâmetro os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina); que foram concedidos dez benefícios de janeiro até agosto/2024 e que nos próximos cinco anos aproximadamente 122 servidores estarão aptos a se aposentar por cumprir uma regra de aposentadoria. O Sr. Guilherme pediu se esse número de ingresso vem se mantendo e a Sra. Carmelinde informou que esse ingresso de novos servidores iniciou em 2023 e nos anos seguintes ainda tiveram novos ingressos mas que também muitos dos que ingressaram pediram exoneração e falou também que teve ingresso significativo de valores da compensação previdenciária, principalmente dos valores de estoque, e com isso também os valores mensais aumentaram. Em seguida o Sr. Guilherme passou a apresentar a análise atuarial, que fechou o ano com o total de 161 milhões de recursos; que temos um plano de amortização para pagar o déficit atuarial que está vigente e que representa R\$ 287 milhões. O Sr. Romero perguntou se o plano de amortização serve para pagar só o déficit atuarial ou também para o déficit financeiro e o Sr. Guilherme respondeu que o plano de amortização só existe porque o Instituto tem déficit atuarial, mas que para as despesas, em determinado momento, o Instituo passará a utilizar recursos do patrimônio constituído; que há essa confusão de onde se utiliza os recursos para as despesas, que pode ser do patrimônio, da rentabilidade ou dos repasses do plano de amortização. O Sr. Guilherme continuou a apresentação falando que somando os ativos garantidores, valor do patrimônio e do plano de amortização, encerrou o ano em 2024 com o resultado de R\$ 448.861.952,48; que, considerando a taxa de juros de 4,91% ao ano,

o valor necessário para garantir o plano previdenciário deve ser de R\$ 389 milhões, e comparando ao que o instituto tem a receber (R\$ 448 milhões) com o quanto deve ter em caixa (R\$ 389 milhões), dará diferença positiva de R\$ 59.563.281,99, ou seja, um superávit atuarial; falou que só existe o superávit de R\$ 59 milhões por causa do plano de amortização vigente, e se o plano de amortização não for considerado o Instituto fica com déficit atuarial de R\$ 227.599.439,06, mesmo considerando a reforma da previdência; mas é importante ficar claro que o Instituto tem déficit atuarial histórico que está equacionado por causa do plano de amortização. O Sr. Romero comentou da importância de continuar fazendo concurso público para ingresso de mais servidores e assim talvez se consiga diminuir a alíquota suplementar e o Sr. Guilherme falou que como o plano de amortização é por alíquota suplementar e com ingresso de servidores ativos, a base contributiva aumenta e reflete inclusive nos repasses da alíquota suplementar; comentou que os novos ingressantes contribuíram para esse superávit, mas que nem sempre foi assim, pois em outros momentos os ingressantes tiveram impacto negativo para o cálculo atuarial (déficit). O Sr. Alan falou que os novos ingressantes contribuíram para o superávit e perguntou se tem possibilidade de fazer algum cálculo só com os novos ingressantes, pois nem todos que ingressaram ficaram na regra nova da reforma, e o Sr. Guilherme falou que esse grupo de novos ingressantes trouxe impacto positivo na parte atuarial de aproximados R\$ 13 milhões, ou seja, esse grupo reduziu o passivo atuarial em R\$ 13 milhões, considerando só as alíquotas normais de contribuição (14%+22%) e que o percentual da alíquota suplementar está no plano de amortização, mas que seria possível fazer essa estimativa de quem ficou na regra nova. Em seguida o Sr. Guilherme continuou falando das alíquotas de contribuição dos servidores de 14%, da patronal normal de 22% (total de 36%) e da suplementar de 31,84% que totaliza 53,84% que é considerada elevada, e que existe a possibilidade de alterar a Lei 3466/2023 do plano de amortização. O Sr. Romero comentou que entende que a alíquota total patronal de 53,84% é alta mas que é relativo, pois tem que levar em consideração o histórico do Município, principalmente em relação a manutenção dos servidores ativos através de concurso; que muitos municípios da região têm repasse menor, mas eles têm uma relação entre ativos e inativos muito maior que Timbó. O Sr. Guilherme continuou falando do plano de amortização; que a sugestão é não alterar o plano vigente, mas que tem a possibilidade de alterar e passou a apresentar as alíquotas que vem decrescendo com os anos, para 2026 de 31%, 2027 30%, 2028 29%, 2029 28%, sendo que em 2034 passa a ser de 23,15%; falou que se alterar o plano de amortização, o novo plano vai equacionar exatamente o déficit de R\$ 227 milhões e caso o município tenha alguma mudança na estrutura de cargo ou no plano de carreira, ou com dissídios, ou revisão de determinada classe com paridade, pode ser necessário alterar o plano para os próximos anos. O Sr. Rodrigo informou que desde de setembro de 2024 o total de 44 servidores pediram exoneração e que antes de qualquer alteração no plano de amortização seja levado em consideração essa diminuição no quadro de servidores efetivos. O Sr. Guilherme continuou falando que um outro ponto a ser levado em consideração, no caso de alteração das alíquotas suplementares, é que está sendo realizado o estudo do teste de aderência das hipóteses atuariais, que deverá ser enviado ao Ministério da Previdência até 31/07/25, e que tem por objetivo avaliar se as premissas utilizadas no cálculo atuarial estão aderentes/adequadas a realidade do que vem sendo observada no passado, e se não estiver aderente este teste vai sugerir uma nova hipótese/premissa a ser utilizada nos próximos cálculos atuariais; comentou que no ano passado os institutos de grande porte realizam o teste de aderência e que uma das premissas que impactou para todos foi a tabua de mortalidade/tabuas biométricas (sobrevida), pois até agora vem sendo utilizado a tabua mínima do IBGE imposta pelo Ministério da Previdência; se o estudo do TIMBOPREV vier com a indicação de troca da tabua de mortalidade para a questão de sobrevivência, causará elevação do passivo atuarial, por isso a sugestão seria manter o plano de amortização vigente; que se o plano de amortização for alterado esse ano, considerando a possível indicação no passivo atuarial em razão do teste de aderência, em 2026 teria que alterar novamente o plano de amortização, por isso sugerimos manter o plano de amortização vigente e depois do teste de aderência, esperar o novo cálculo atuarial para verificar como ficará o déficit atuarial do Instituto. Em seguida apresentou o gráfico da perspectiva de receitas e despesas ao longo do tempo e evolução das despesas (fluxo atuarial) com possibilidade de 46 ativos aptos a se aposentar em 2025; que em 2036 acontece a inversão financeira (receita sendo superada pela despesa), caso não tiver mais ingresso de novos servidores, em 2055 se encerram os

repasse do plano de amortização e em 2070 a última aposentadoria. A Sra. Carmelinde informou que participou de reunião organizada pela AMVE para os municípios do médio vale com RPPS's, onde teve a participação dos institutos, de representantes do Ministério da Previdência Social (Claudia Iten) do Tribunal de Contas de Santa Catarina, da ASSIMPASC; que o assunto tratado foi o déficit atuarial dos institutos e que o Sr. Daison do Tribunal de Contas passou várias informações dentre as quais relatou que o principal ponto de atenção nas análises dos relatórios atuariais é a falta de evolução do patrimônio, e que o atingimento da meta rentabilidade não é um ponto tão importante a ser considerado; e o Sr. Guilherme comentou que os tribunais de conta cada vez mais estão se especializando e que conseguem extrair os principais pontos dos relatórios. Aberta a palavra, ninguém mais se pronunciou. A Sra. Carmelinde agradeceu a participação de todos os membros, representantes do executivo e também ao Guilherme. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos membros participantes. Timbó, 22/04/2024.

Carmelinde Brandt
Diretora Administrativa-Financeira
Comitê de Investimentos

Romero Espíndola e Silva
Conselho de Administração
Comitê de Investimentos

Greyce Nardelli Severino
Conselho de Administração -
suplente
Comitê de Investimentos

Joel Ricardo Raiter
Comitê de Investimentos

Chantelli Thayna Ritter Izeppi
Conselho de Administração

Alan E. Mengarda
Conselho de Administração

Graciela Ines Uber Gomes
Conselho de Administração

Giani Zaira Seibel
Conselho de Administração

Rodrigo Dall Onder Spaniol
Conselho de Administração -
Suplente

Vanessa Grazielle Maas
Conselho Fiscal

Tiago Teixeira Laranjeira
Conselho de Fiscal

Margot Friedmann Zetzsche
Conselho de Administração -
Suplente